

Senhores Acionistas: Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Financeiras, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, da Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A., acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Corretora no exercício findo nesta data. Colocamos-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários. É indispensável trazer o reconhecimento da Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ao trabalho de seus funcionários, ao apoio de seus acionistas e, finalmente, à confiança de seus clientes e instituições financeiras do mercado que continuaram a prestigiar a organização como sempre fizeram.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL (EM R\$ MIL)

Ativos	Nota Explicativa		Nota Explicativa	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Disponibilidades	564	579	8	31.092
Instrumentos Financeiros	300.858	268.544	6b	115
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	3	86.310		109
Títulos e Valores Mobiliários	4	214.548		52
Outros Ativos	5	13.799	7	53
Créditos Tributários	6b	1.541	9	285.857
Imobilizado de Uso Intangível		627		161.176
Depreciações e Amortizações		422		124.681
		(694)		(592)
Total do Ativo	317.117	279.907	317.117	279.907

PASSIVOS

Outros Passivos 8 31.092 13.188

Obrigações Fiscais Diferidas 6b 115 109

Provisões 7 53 52

Contingências Tributárias e Cíveis 7 53 52

Patrimônio Líquido 9 285.857 266.558

Capital Social 161.176 161.176

Reservas de Lucros 124.681 105.382

Total do Passivo **317.117** **279.907**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EM R\$ MIL

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2021

Eventos	Capital Realizado		Reservas de Lucros		Lucros Acumulados		Total
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	
Saldos em 31/12/2019	161.176	98.548	-	-	-	-	259.724
Lucro Líquido do Exercício	-	-	8.962	8.962	-	-	8.962
Destinações:							
Reservas	-	6.834	(6.834)	-	-	-	-
Dividendos	-	-	(2.128)	(2.128)	-	-	(4.256)
Saldos em 31/12/2020	161.176	105.382	-	-	-	-	266.558
Mutações do Exercício	-	-	6.834	6.834	-	-	13.668
Saldos em 31/12/2021	161.176	105.382	-	-	-	-	266.558
Lucro Líquido do Exercício	-	-	25.310	25.310	-	-	50.620
Destinações:							
Reservas	-	19.299	(19.299)	-	-	-	-
Dividendos	-	-	(6.011)	(6.011)	-	-	(12.022)
Saldos em 31/12/2021	161.176	124.681	-	-	-	-	285.857
Mutações do Exercício	-	-	19.299	19.299	-	-	38.598
Saldos em 30/06/2021	161.176	114.287	-	-	-	-	275.463
Lucro Líquido do Semestre	-	-	13.632	13.632	-	-	27.264
Destinações:							
Reservas	-	10.394	(10.394)	-	-	-	-
Dividendos	-	-	(3.238)	(3.238)	-	-	(6.476)
Saldos em 31/12/2021	161.176	124.681	-	-	-	-	285.857
Mutações do Semestre	-	-	10.394	10.394	-	-	20.788

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 - EM R\$ MIL

1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora") foram elaboradas com base na legislação societária e nas práticas contábeis adotadas no Brasil, e em conformidade com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), onde essas normas e instruções não forem conflitantes, concluídas em 22/02/2022 e aprovadas pela Reunião da Diretoria em 23/02/2022. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam de forma integrada no mercado financeiro, e certas operações têm a participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do sistema financeiro. A Corretora é integrante do Conglomerado Financeiro Alfa (Banco Alfa de Investimento S.A., Banco Alfa S.A., Financeira Alfa S.A., Crédito, Financiamento e Investimentos, e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), e tem como controlador o Banco Alfa de Investimento S.A. Em 28 de dezembro de 2007 foi promulgada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, as quais alteraram a Lei das Sociedades por Ações quanto às práticas contábeis adotadas no Brasil. Embora a referida Lei já tenha entrado em vigor, algumas alterações por ela introduzidas dependem de normatização por parte do Conselho Monetário Nacional (CMN). As alterações aprovadas pelo CMN foram: i) o tratamento contábil dos ativos intangíveis; ii) os procedimentos de mensuração do valor recuperável dos ativos; iii) a elaboração do fluxo de caixa em substituição da demonstração das origens e aplicações de recursos; iv) a divulgação em notas explicativas às demonstrações financeiras de informações sobre partes relacionadas; v) os procedimentos de reconhecimento, mensuração e divulgações de provisões, passivos e ativos contingentes; vi) pagamento baseado em ações; vii) eventos subsequentes; viii) políticas contábeis, mudanças de estimativa e reificação de erro; ix) o Pronunciamento Estrutural Conceitual para elaboração e divulgação do relatório contábil financeiro aprovado pelo CPC e x) benefícios a empregados. O Banco Central através da Resolução CMN nº 4.818/20 regulamentou novos procedimentos para elaboração e divulgação das demonstrações financeiras com intuito de reduzir gradualmente a assimetria de divulgação das demonstrações financeiras entre o padrão contábil previsto no Cosif em relação aos padrões internacionais (IFRS), e através da resolução BCB nº 2/20 estabeleceu as diretrizes que passaram ser aplicadas a partir da sua entrada em vigor. Dentre as principais alterações implementadas foram: i) A nova estrutura e as contas do Balanço Patrimonial que estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; ii) a nova estrutura da Demonstração de Resultado do Exercício que reduziu o número de linhas visando se aproximar ao padrão internacional e o ativo e, iii) passivo fiscal diferido que passou a ser apresentado exclusivamente no realizável e exigível a longo prazo e iv) evidenciamento em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis são aplicadas de forma consistente em todos os períodos apresentados e de maneira uniforme a todas as entidades do Conglomerado Financeiro Alfa. **a) Ajuste do Resultado:** As receitas e despesas foram apropriadas pelo regime de competência. **b) Ativos Circulantes e não Circulante:** demonstrados pelos valores de realização e, quando aplicável, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para perdas e ajustados pelos seus valores de mercado, especificamente em relação ao registro e a avaliação contábil da carteira de títulos e valores mobiliários estabelecido pela Circular BACEN nº 3.066 de 08/11/2001 (vide nota explicativa nº 4). **c) Títulos e Valores Mobiliários:** A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada conforme as categorias estabelecidas pela Circular BACEN nº 3.066 de 08/11/2001: I - Títulos para negociação; II - Títulos disponíveis para venda; III - Títulos mantidos até o vencimento. Na categoria "títulos para negociação" são registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativas e frequentemente negociadas. Na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são registrados os títulos e valores mobiliários, exceto ações não resgatáveis, para os quais existe intenção e capacidade financeira da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria "títulos disponíveis para venda" estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadraram nas categorias I e II. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II são reconhecidos pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata dia", e ajustados ao valor de mercado, computando-se o ajuste positivo ou negativo a valor de mercado em contrapartida: i) Da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do período, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos para negociação"; e ii) Da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria "títulos disponíveis para venda". Estes valores registrados em patrimônio líquido são baixados contra resultado na medida em que são realizados. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "mantidos até o vencimento" estão apresentados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados "pro rata dia". As perdas de caráter permanente apuradas para títulos e valores mobiliários classificados nas categorias "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento" são reconhecidas no resultado do período. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é obtido, na data de balanço, através de coleta de preços divulgados por entidades independentes no mercado especializado na divulgação deste tipo de informação e, quando indisponíveis, este valor é obtido através de modelos internos de avaliação que consideram as curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas que sejam avaliadas como representativas das condições de mercado para o ativo sob avaliação por ocasião do encerramento do balanço. **d) Ativo Permanente:** Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, considerando os seguintes aspectos: **d.1)** Depreciação do imobilizado de uso, calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: processamento de dados 20% e demais itens 10%; **d.2)** Amortização, basicamente, de despesas com programas de processamento de dados, calculada pelo método linear, pelo prazo máximo de 05 anos. **e) Passivos Circulantes e não Circulante:** demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar. **f) Impostos e Contribuições:** As provisões são calculadas considerando a legislação pertinente a cada encargo para efeito das respectivas bases de cálculo e suas respectivas alíquotas: imposto de renda (15% mais adicional de 10%); contribuição social a) 15% para a Companhia, b) 20% para a controlada a partir de 01/03/2020 conforme o artigo 32 da emenda constitucional 103 publicada em 13/11/2019 e c) 20% para a Companhia e 25% para a controlada no período de 1º de julho a 31/12/2021 retornando a 20% e 15%, respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme medida provisória nº 1.034 de 01/03/2021 (convertida na Lei nº 14.183/21); PIS (0,65%) e COFINS (4%). Também é observada pela Companhia e sua controlada a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração (vide nota explicativa nº 6). **g) Ativos e Passivos Contingentes:** Os ativos e passivos contingentes são reconhecidos, avaliados e divulgados em conformidade com as determinações da Resolução CMN nº 3.823, de 16/12/2009 e Carta-Circular BACEN nº 3.429 de 11/02/2010. Os ativos e passivos contingentes dizem respeito a direitos e obrigações potenciais de correntes de eventos passados e cuja realização depende de eventos futuros. i) Ativos Contingentes - não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Passivos Contingentes - fiscais e previdenciárias e cíveis - decorrem substancialmente de demandas judiciais e administrativas inerentes ao curso normal dos negócios movido por terceiros, e órgãos públicos, em ações cíveis e de natureza fiscal e previdenciária (vide nota explicativa nº 7). Os ativos e passivos contingentes são avaliados por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que os seus montantes possam ser estimados com suficiente segurança. **h) Estimativas Contábeis:** No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras da Corretora, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem com: • Ativos tributários diferidos (vide nota explicativa nº 6b); • Passivos contingentes (vide nota explicativa nº 7). A validade dos critérios e premissas utilizadas para o uso de estimativas e julgamentos é revista no mínimo por ocasião da elaboração das Demonstrações Financeiras e os valores efetivamente realizados podem diferir dos saldos estimados. **j) Moeda Funcional e de Apresentação:** As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Corretora. Exceto quando indicado, as Demonstrações Financeiras expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo. **l) Resultado Recorrente/não Recorrente:** As políticas internas da Corretora consideram como recorrentes e não recorrentes os resultados oriundos e/ou não, das operações realizadas de acordo com o objeto social da Corretora previsto em seu Estatuto Social. Além disto, a Administração da empresa considera como não recorrentes os resultados sem previsibilidade de ocorrência nos próximos anos. Observado esse regramento, salienta-se que o lucro líquido da empresa no exercício de 2021, no montante de R\$ 25.310, foi obtido exclusivamente com base em resultados recorrentes.

3. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

A Corretora possui Certificados de Depósitos Interfinanceiros com empresas do Conglomerado Financeiro Alfa no montante total de R\$ 86.310 (31/12/2020 R\$ 60.805) com taxas indexadas a 100% do CDI (pós-fixada) e prazos de vencimento até 31/01/2022.

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

a) Composição de Títulos e Valores Mobiliários

	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	Porcentagem	Valor	Porcentagem
• Cotas de fundos de investimento	103.539	98,331	98.331	98,331
• Cotas de fundos imobiliário	16.649	7,117	16.649	7,117
• Títulos do tesouro nacional - LFT	1.505	16,130	1.505	16,130
• Certificado de recebíveis imobiliários	-	48,191	-	48,191
• Debêntures	-	605	-	605
Títulos Livres	121.693	170,374	121.693	170,374
• Títulos do tesouro nacional - LFT	62.120	8,000	62.120	8,000
• Cotas de fundos de investimento	30.735	29,365	30.735	29,365
Títulos vinculados	92.855	37,365	92.855	37,365
Total Geral	214.548	207,739	214.548	207,739

b) Classificação de títulos e valores mobiliários por categoria e prazos de vencimento

	31/12/2021		31/12/2020	
	Sem data de	Valor	Valor	Valor
	vencimento	Contábil	Contábil	Contábil
• Títulos do tesouro nacional - LFT	-	13.590	50.035	63.625
• Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	48.191
• Cotas de fundos de investimento	103.539	-	103.539	103.539
• Cotas de fundos imobiliário	16.649	-	16.649	16.649
• Debêntures	-	-	-	605
Títulos para negociação (I)	120.188	13.590	50.035	183.813
• Cotas de fundos de investimento	30.735	-	30.735	30.735
Títulos mantidos até o vencimento	30.735	-	30.735	30.735
Títulos e valores mobiliários	150.923	13.590	50.035	214.548
% Concentração por Prazo	70,4	6,3	23,3	100,0

i) Na distribuição dos prazos, foram considerados os vencimentos dos papéis, independentemente de sua classificação contábil. ii) Valor de Custo: Representado pelo valor de custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. **"Títulos para negociação"** e **"Títulos disponíveis para venda"**: o valor contábil corresponde ao valor de mercado desses títulos na data do balanço e foram obtidos através de informações fornecidas pela Associação Brasileira das Entidades do Mercado Financeiro e de Capitais (ANBIMA) e B3 - Brasil, Bolsa e Balcão ("B3"). Títulos e Valores Mobiliários que não possuem cotação no mercado são avaliados através de modelos internos de avaliação que consideram curvas de juros aplicáveis publicamente divulgadas. i) os ajustes obtidos entre os valores de custo e de mercado, foi registrado sob o título de "Resultado com títulos e valores mobiliários". Os valores de custo e de mercado dos fundos foram obtidos através dos extratos dos fundos e correspondiam às aplicações dos Fundos de Investimento Único FIC de FI Multimercado e Fundo Imobiliário. O Fundo de Investimento está classificado como "Fundo Multimercado". As políticas de investimento e de aplicação desse Fundo de Investimento envolve vários fatores de risco e não tem compromisso de concentração. ii) **"Títulos mantidos até o vencimento"**: classificados em razão da intenção da Administração e da capacidade financeira da Corretora em mantê-los até o vencimento, comprovada com base em projeção de fluxo de caixa conforme exigência do BACEN. Esses títulos foram mantidos pelo seu valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais foram registrados no resultado do período. Os valores de mercado do fundo foram obtidos através dos extratos e correspondiam à aplicação do Fundo de Investimento Líquido Câmara BM&F, que se trata do fundo vinculado a garantias para poder operar junto a B3. Os títulos privados são custodiados na B3 e os títulos públicos na SELIC.

c) Rendas de operações de títulos e valores mobiliários

	2º Semestre		Exercícios	
	2021	2021	2020	2020
Resultado com aplicação em fundos de investimentos	5.116	7.556	(286)	-
Resultado com títulos de renda fixa	2.523	6.206	3.147	-
Rendidas de aplicação em depósitos interfinanceiros	2.434	3.229	1.680	-
Resultado com marcação a mercado	(3.181)	(3.282)	(16)	-
Total	6.892	13.709	4.525	-

5. OUTROS ATIVOS

31/12/2021		31/12/2020	
Depósitos judiciais	6.485	6.384	-
Negociação e intermediação de valores (*)	5.974	2.217	-
Tributos antecipados	1.210	869	-
Outros créditos	130	825	-
Total	13.799	10.295	-
Circulante	7.220	3.911	-
Não Circulante	6.579	6.384	-
Total	13.799	10.295	-

(*) Saldos compostos por operações com valores mobiliários por conta de clientes a liquidar referente a devedores por conta de liquidações pendentes.

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre		Exercícios	
	2021	2021	2020	2020
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ), da contribuição social (CSLL) e deduzidos as participações no resultado	24.351	43.797	14.660	-
Despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente (i)	(9.741)	(17.519)	(5.864)	-
Contingências fiscais e cíveis	5	5	222	-
Ajuste ao valor de mercado de títulos	(1.272)	(1.313)	(6)	-
Obrigações fiscais diferidas	(4)	(6)	-	-
Ativo fiscal diferido	1.417	1.429	(176)	-
Outras adições e exclusões	(1.124)	(1.083)	126	-
Imposto de renda e contribuição social	(10.719)	(18.487)	(5.699)	-
Sendo:				
Impostos correntes	(12.132)	(19.910)	(5.522)	-
Impostos diferidos	1.413	1.423	(176)	-
Despesa contabilizável	(10.719)	(18.487)	(5.699)	-

(i) vide nota explicativa nº 2f.

b) Créditos Tributários de Imposto de Renda e Contribuição Social

	31/12/2021		31/12/2020	
	Constituição	Realização/Reversão	Constituição	Realização/Reversão
Contingências fiscais e cíveis	21	-	21	-
Ajuste ao valor de mercado de títulos	3	1.437	(33)	1.407
Outros créditos tributários (i)	88	186	(161)	113
Total - crédito tributário ativo	112	1.623	(194)	1.541
Obrigações fiscais diferidas	(109)	(6)	-	(115)

Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas sobre Patrimônio Líquido

	31/12/2021	31/12/2020
	0,00%	0,50%

(i) composto, basicamente, por despesas administrativas e pessoal. A Administração da Corretora, fundada em estudo técnico realizado com base em dados contábeis disponíveis em 31/12/2021, estimou que a realização dos créditos tributários ocorrerá nas seguintes proporções: 44% no primeiro ano, 32% no segundo, 22% no terceiro, 1% no quarto ano e 1% no quinto ano. Na data do balanço, o valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa Selic, é de R\$ 1.191 (31/12

DIRETORIA

CONTADORA

José Elanir de Lima - Diretor

Silvio Breda Guizelini - Diretor

Eliane Carolina Quaglio Arjonas - CRC 1SP232846/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À

Diretoria da
Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercícios findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras. Somos independentes em relação à "Corretora", de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumpriremos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da

Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Corretora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente

se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2022.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP214428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador CRC 1SP252419/O-0

